

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADO - COM PRIORIDADE PARA MEP'S
LOCAL OU REGIONAL**

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, **TORNA PÚBLICO** que realizara licitação na modalidade **PREGÃO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, sob a forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Lei nº 123/06 e Lei 147/14, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas respectivas alterações e legislação aplicável, cuja documentação e proposta devem ser entregues no dia e hora abaixo especificados, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

DATA E HORÁRIO LIMITE DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 08h15min do dia 16/01/2024.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 16/01/2024, HORÁRIO: 08h30min.

1.2 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo "B" – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) Anexo "C" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- d) Anexo "D" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;
- e) Anexo "E" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- f) ANEXO "F" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO;
- g) ANEXO "G" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- h) Anexo "H" – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM LOCAÇÃO DE**

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC
www.pmcordi.sc.gov.br

ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TENDAS, TABLADOS, GERADOR, ESTANDERS, BANHEIROS QUÍMICOS SOM E LUZ ENTRE OUTROS E DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TAIS COMO BRIGADISTA, SEGURANÇA, SERVIÇOS DE LIMPEZA, TOSQUIA, ENTRE OUTROS PARA A REALIZAÇÃO DA II EXPOCORDI 2024, conforme especificações constantes no anexo “A” deste edital.

2.2. O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1 deste edital.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - **Poderão participar as microempresas ou empresas de pequeno** porte interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, especialmente o disposto no Termo de Referência, bem como o atendimento à documentação constante neste Edital e seus anexos.

3.2 - É recomendada a leitura integral deste Edital e de seus anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3.3 - A participação na licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

3.4 - As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar da licitação para o (s) mesmo (s) item/lote (s), sob pena de desclassificação.

3.5 - DA PARTICIPAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR No. 123/2006.

3.5.1 - Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que QUISEREM participar da presente licitação usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.5.2 - A condição de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada mediante apresentação (fora dos envelopes) da seguinte documentação:

3.5.2.1- Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou Declaração de que cumpre os requisitos legais estabelecidos no art. 3 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 do estatuto;

3.5.2.2 - Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno

Porte, ou Declaração de que cumpre os requisitos legais estabelecidos no art. 3 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 do estatuto;

3.5.2.3 - Microempreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Microempreendedor Individual ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).

3.5.3 - Os documentos exigidos nos subitens 3.5.2.1, 3.5.2.2, e 3.5.2.3 deverão estar atualizados, ou seja, **emitidos a menos de 90 (noventa) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

3.5.4 - Os documentos para fins de comprovação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

3.5.5 – A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro (a), inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolados de acordo com o disposto no item 1.1, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

CEP:

TELEFONE / FAX:

E-MAIL:

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

CEP:

TELEFONE / FAX:

E-MAIL:

4.2. Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, no dia da abertura dos envelopes, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse do representado, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo “C”, juntamente com fotocópia de documento de identificação com foto. Ressalva-se que, os mesmos não serão devolvidos e deverão ser em cópia autenticada.

4.2.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada **fora dos envelopes**, junto dos envelopes de documentação e proposta;

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

4.3.1. Sócio e/ou Proprietário deverá apresentar:

- a. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- b. Cópia autenticada de documento de identificação com foto (a autenticação de documento de identificação poderá ser feita por Servidor Público desta Administração, até o horário limite para entrega dos envelopes, conforme prevê a Lei nº 13.726/2018).
- c. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo “E”;
- d. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas.

4.3.2. Representante deverá apresentar:

- a. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b. Instrumento público ou particular de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, com a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública, ou;

b.1 termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo C deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c. Cópia autenticada de documento de identificação com foto do que será o representante (a autenticação de documento de identificação poderá ser feita por Servidor Público desta Administração, até o horário limite para entrega dos envelopes, conforme prevê a Lei nº 13.726/2018).

c1.) Cópia autenticada de documento de identificação com foto do sócio administrador (a autenticação de documento de identificação poderá ser feita por Servidor Público desta Administração, até o horário limite para entrega dos envelopes, conforme prevê a Lei nº 13.726/2018).

d. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo “E”;

e. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas.

4.3.3. De acordo com o disposto no artigo 3º, I e II, da Lei 13.726/2018 é dispensada a exigência de reconhecimento de firma e autenticação de cópia de documento em cartório, podendo ser realizada por Servidor Público desta Administração.

4.3.3.1 Todos os documentos exigidos para credenciamento deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

4.3.3.2. O reconhecimento de firma, será feito por confrontação de assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente administrativo, lavrar sua autenticidade no próprio documento (Art. 3º, I, da Lei 13.726/2018).

4.3.3.3. No caso de credenciamento de acordo com o item 4.3.2, sendo dispensável o reconhecimento de firma, o representante deverá estar munido de cópia de documento de identidade do Sócio e/ou Proprietário outorgante, para confrontação de assinatura com aquela constante no instrumento particular de procuração ou termo de credenciamento, de acordo com a Lei 13.726/2018.

4.3.3.4. Ademais, quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis (Art. 3º, § 2º, da Lei 13.726/2018).

4.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. O credenciamento no momento da licitação implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **Pregão Presencial**.

4.6. A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o impedimento.

4.7. Cada representante poderá representar um único licitante.

4.8. **As microempresas e empresas de pequeno porte, para se beneficiarem da Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela lei 147/2014, deverão apresentar obrigatoriamente juntamente com o Credenciamento (fora dos envelopes):**

a) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas.

4.8.1. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.9. Todos os benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte estendem-se ao Microempreendedor Individual- MEI, conforme determina o § 2º, do artigo 18-E, da referida Lei.

4.10. Não serão aceitas para fins de comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração emitida pelo próprio licitante.

4.11. A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

4.12. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes e não se fizerem representar na sessão, somente participarão do certame se enviarem cópia do Contrato Social e as declarações que cumprem com os requisitos de habilitação e inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação (anexo “E” e “F”), em envelope separado da Habilitação e Proposta, anexando-as, obrigatoriamente, por fora do envelope.

4.13. Durante a fase de credenciamento, a critério do Pregoeiro (a), poderá o mesmo permitir aos licitantes complementarem as exigências para o credenciamento conforme estabelecido neste edital, desde que não acarrete prejuízos ao certame.

4.14. As proponentes que encaminharem a documentação referente ao credenciamento juntamente com os Envelopes 1 – Proposta Comercial e 2 – Documentação de Habilitação-, via postal, deverão, preferencialmente encaminha-los em envelope distinto, devidamente lacrado e identificado.

4.15. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.16. A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.1 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, sob total responsabilidade do

licitante, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e hora indicados para protocolo. A Administração de Cordilheira Alta e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.1, no Setor de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.17. É recomendado ao licitante se dirigir ao Setor de Compras com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário limite para protocolo. O Município não se responsabiliza por filas e/ou quedas do sistema, no Setor de Compras, o que pode acarretar atrasos na protocolização dos envelopes.

4.18. Recomenda-se que as páginas da proposta de preços e dos documentos de habilitação sejam numeradas e rubricadas, não cabendo aos proponentes quaisquer reivindicações relativas à ausência de documentos, no caso de inobservância desta recomendação.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1- O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente e contato telefônico e eletrônico (e-mail);
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do lote, número do item, descrição dos itens nos termos do Anexo “B” deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca/modelo, preço unitário e preço total do item e do lote em algarismos e por extenso. OBS: Os licitantes poderão participar com uma **única marca por item**, sob pena de desclassificação.
- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2. A ausência do valor por extenso ou alfanumérico poderá ser sanada em sessão, desde que haja a possibilidade de se identificar o valor real da proposta de preços.

5.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.4 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia.

5.4.1 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

5.5. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 10.520/2002 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.6. As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.6.1. O disposto no item 5.6 e suas alíneas não é imutável, podendo a Comissão adotar a melhor solução caso a caso, consoante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

5.6.2. Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes bem como o valor a que se obriga o proponente.

5.6.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

5.7. É facultada ao pregoeiro a correção, diante de todos os participantes, de falhas formais que não acarretarão danos legais ao andamento do certame, visando assegurar o Princípio da Ampla Participação e Interesse Público. No caso de omissões puramente formais em Propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados os previstos no Edital.

5.8. O Município disponibilizará aos licitantes, formulário proposta, para preenchimento através do software “Compras - AutoCotação”, disponível para download no site <http://download.betha.com.br>. As empresas interessadas deverão baixar o referido “formulário proposta”, que será disponibilizado no site juntamente com o edital. Depois de preenchidos os valores e as marcas no software referido no item anterior, o licitante deverá imprimir sua proposta, a qual deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no respectivo envelope, acompanhada do pendrive ou CD. Ressaltamos que no caso de divergência de dados entre a proposta escrita e a contida no dispositivo eletrônico, prevalecerá sempre à escrita.

6. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura dos envelopes (mencionada no item 1.1);
- b) **Ato Constitutivo, Contrato Social** (Vigente/Consolidado);
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**, relativa ao Estado da sede do licitante;
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;
- g) **Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão conjunta do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme nova resolução, disponível no site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>).
- i) **Declaração** da proponente que atende ao inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”;
- j) **Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração Pública**, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- k) **Declaração** que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta (modelo no anexo “F” do edital).
- l) **Declaração** de informações complementares, (modelo no anexo “G” do edital).

6.2 DA QUALIFICAÇÃO – TÉCNICA

Para as empresas participantes dos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 10, 11, 12, 13 e 14: (Exceto lotes da Areia e Maravalha)

m) **Apresentar no mínimo 01 (um) atestado**/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o objeto licitado do qual está participando. O

atestado/declaração deverá conter, no mínimo também, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.

Para o lote 01, 04, 05, 06 e 07 – Equipamento Tablado – Tendas e outros.

- o) **Certidão de pessoa jurídica** emitida pelo órgão responsável;
- p) **Certidão de pessoa física do profissional** responsável técnico da licitante emitida pelo órgão responsável.

Para empresas participantes do lote 02- Som e luz

- q) Apresentar declaração contendo o nome do técnico responsável que fara eventuais manutenções.

Para empresas participantes do lote 03 – Gerador

- r) **Possuir profissional técnico** com certificações que atendam às seguintes Normas Regulamentadoras (NR) emitidas pelo Ministério do Trabalho:
NR10 – Segurança em Instalações de Serviços de Eletricidades;

Para empresas participantes do lote 08 - Segurança

- s) **Comprovação**, de registro na **polícia federal**. Vigente – não serão aceitos pedidos de abertura de registro.

Para empresas participantes do lote 09 - Brigadista

- t) **Comprovação**, de registro de credenciamento ao Sicad. Vigente -- não serão aceitos pedidos de abertura de registro.

Para empresas participantes do lote 12 – Show infantil

- u) Portfolio para comprovação dos figurinos

Para empresas participantes dos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09.

- v) **Comprovação do vínculo entre os profissionais responsáveis e a empresa licitante:**

A comprovação de vínculo deverá ser mediante apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos:

- I) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico ou do registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho;
- II) Contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade;
- III) Contrato de prestação de serviços;

OBS: Os documentos exigidos para habilitação que forem apresentados na fase de credenciamento (item 4 do edital) ficam dispensados de serem apresentados no envelope de nº 02 (dois).

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

6.3.1. **A proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante**, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, **emitida a no máximo 90 dias**. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4. Todo benefício previsto na Lei Complementar 123/2006 e aplicável à Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte, estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do artigo 18-E.

6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

6.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao (a) Pregoeiro (a).

6.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5. Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos online, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.11. O não cumprimento do referido prazo acarretará na inabilitação da licitante vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos de habilitação, se estiverem de acordo com o solicitado, a segunda colocada será declarada vencedora do item e abrir-se-á prazo para interposição recursal.

6.12. É de responsabilidade da empresa licitante o encaminhamento e a confirmação de recebimento do envelope.

6.13. O Município não se responsabiliza pela logística de entrega do envelope, nem pelo decurso do prazo de transporte deste.

6.14. Na hipótese de envio pelo Correio, considerando o prazo de normalidade, recomenda-se que o envelope seja postado, no máximo, no dia seguinte à convocação para que tenha tempo hábil para recebimento, devendo neste caso informar via e-mail para o Pregoeiro (a) o número de rastreio e/ou comprovante de postagem.

6.15. O não recebimento dos documentos solicitados pelo (a) Pregoeiro (a) no prazo estabelecido, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste Edital.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 Aberta a sessão os interessados ou seus representantes apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo “E” deverá ser anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no Item 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Será classificada então, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três,

oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2. Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.7 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada lote do objeto do certame.

7.3.3 A oferta de lance deverá recair sobre o preço total do lote objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1. Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6. Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.8 – Da Preferência para MPE's Locais ou Regionais:

7.8.1. Entende-se como local ou municipal: o limite geográfico do município de Cordilheira Alta;

7.8.1.1. Entende-se como regional: O âmbito dos municípios constituintes da Região Metropolitana de Chapecó - SC a que pertence o próprio Município;

7.8.2. Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal no 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC;

c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no item 7.8.2, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região;

7.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no lote que trata do valor orçado ou valor máximo deste Edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.10. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02. DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.11. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.12. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.12.1. Ocorrendo a situação referida no item 7.9, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.13. Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.14. Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas

ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.15. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.15.1. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.15.2. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.16. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.16.1. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.17. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.18. O Pregoeiro poderá abrir diligências, caso necessário, durante a sessão.

7.19. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer lote do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do (s) Contrato (s), devendo os seus responsáveis retirá-los em 5 (cinco) dias consecutivos após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No julgamento das propostas, será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que apresentar (em) o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3. A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo (a) Pregoeiro (a), PELO MENOR PREÇO POR LOTE, à (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) seja (m) considerada (s) vencedora (s).

8.4. O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

9.1. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do (s) objeto (s) licitado (s), de acordo com as especificações do termo de referência constante no anexo “A” deste edital.

10. DOS PREÇOS MÁXIMOS

10.1 Os preços máximos a serem admitidos pelo Município de Cordilheira Alta são os previstos na tabela de itens constantes no Anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

11.1.1 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

11.2 O pagamento será efetuado de forma independente pelos órgãos, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

11.3 As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações prestadas pelos integrantes do Setor de Compras.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Havendo a exigência para apresentação de amostras, essas deverão ser submetidas à aprovação pela secretaria solicitante, que avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam. O responsável pela avaliação, emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

12.1.2 A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

12.1.2.1 Após as correções ou apresentação de nova amostra, a secretaria emitirá novo parecer em que constará se esta amostra foi aprovada ou reprovada. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela secretária acarretará a desclassificação do licitante.

12.2. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

12.3. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra (s).

12.4 A aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas, o licitante é desclassificado, e o próximo é convocado, na ordem de classificação (art. 4º, inciso XVI, Lei nº 10.520/2002).

12.5 O Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.6 Todos os objetos entregues, no recebimento, deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade das amostras aprovadas, seguindo exatamente as especificações técnicas solicitadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, protocolizando o pedido até 5 (cinco) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, devendo o Município julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

13.1.1. Serão admitidas as impugnações que forem protocoladas no Setor de Compras da Prefeitura de Cordilheira Alta, no endereço indicado no subitem 1.1.

13.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

13.3. A impugnação feita tempestivamente pela LICITANTE não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13.4. Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, conforme prevê o artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02.

14.2 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.

14.3. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública sobre as razões recursais, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.4 A manifestação e a motivação da intenção recursal deverá ser feita durante a Sessão Pública, sendo essa manifestação e a posterior protocolização do recurso administrativo no departamento de licitações, pressupostos de admissibilidade, aceitação e julgamento de mérito.

14.5. Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

15 – DA VIGÊNCIA

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, a contar da data de sua assinatura.

16 – DO REGISTRO DOS PREÇOS

16.1 Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente será efetuado o registro dos preços do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo “F”) pelo responsável pela Administração Municipal e pela (s) licitante (s) vencedora (s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

16.1.1 É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.1.2 A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços far-se-á por meio de e-mail.

16.1.3. Os representantes legais ou procuradores das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta para assinarem a Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.1.4. Caso a licitante convocada para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer ou recusar-se, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no item nº 19 deste edital.

16.2. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será considerado, como ato concreto, o simples fato de a empresa vencedora ter participado do certame licitatório e apresentado sua proposta final para o (a) pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, tendo em vista a realização de Pregão. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado a Administração examinar a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e, procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e, assim sucessivamente.

16.3. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da **Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 meses.**

16.4. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.5. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.5.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.6. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da (s) Ata (s).

16.7. Aplica-se nesta contratação, resultante da Ata de Registro de Preços a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Decreto Municipal 193/2023, que dispõe sobre a IRRF nas contratações de bens e serviços pela Administração do Município de Cordilheira Alta/SC.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

17.1.1. Automaticamente:

17.1.1.1 Por decurso do prazo de vigência;

17.1.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

17.2.1 A pedido, quando:

17.2.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.2 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 19 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.3.1 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

17.2.3.2 Por razões de interesse públicos devidamente motivados e justificados;

17.2.3.3 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.3.4 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.3.5 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.3.6 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Estado de Santa Catarina – DOM/SC, através do sítio www.diariomunicipal.sc.gov.br.

18. DAS PENALIDADES

18.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato de contratado, nos termos do item 16.1 do presente instrumento convocatório.

18.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

18.3. A penalidade de multa, prevista no item 18.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

18.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

18.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

18.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

18.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

18.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

18.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 18.6 e 18.7 será o valor inicial do Contrato.

18.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

18.11. Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

18.11.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

18.11.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

19.2. É facultado ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.3 – Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para eventual contato.

19.4 – A Administração Municipal de Cordilheira Alta reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

19.5. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Cordilheira Alta não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.6 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso,

conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

19.7 – No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a abertura da licitação;
- b) Anulada ou revogada no todo ou em parte.
- c) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

19.8. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram:

19.9 Sob pena prevista no parágrafo único do artigo 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/40, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações pelo Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

19.10. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó, SC, excluído qualquer outro.

Cordilheira Alta, SC, xx de dezembro de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TENDAS, TABLADOS, GERADOR, ESTANDERS, BANHEIROS QUÍMICOS SOM E LUZ ENTRE OUTROS E DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TAIS COMO BRIGADISTA, SEGURANÇA, SERVIÇOS DE LIMPEZA, TOSQUIA, ENTRE OUTROS PARA A REALIZAÇÃO DA II EXPOCORDI 2024

01 – EQUIPAMENTO TABLADO

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	01	un	Locação de Tablado para palco (montagem e desmontagem), com passarela, cobertura em lona com fechamentos laterais e de fundo com sombrite 80% (oitenta por cento) preto, tamanho 14m x 10m, com altura mínima de 2,20, composto de praticáveis modulares de 2 m x 1 m, piso em compensado naval entre 22 e 25 mm), e testeira de 14x1,5- frontlight em lona, impressão digital 4x0 cores, resolução mínima de 1200 dpi's e 440 g/m ² de gramatura mínima, fixado em ilhoses dispostos de 20 em 20 cm, em ferro ou alumínio de diâmetro compatível com a corda utilizada – corda trançada de no mínimo 4 mm e de resistência suficiente e compatível com o frontlight (m ²) – arte será encaminhada - em ótimo estado sem desníveis, com acabamento na parte frontal em saia preta, em ótimo estado, 02 escadas de acesso e 24 metros lineares (aproximadamente) de grades	30.700,00	30.700,00



			<p>para isolamento em estrutura metálica galvanizada para frente do palco, com 2,40x1,25, espessamento do vão de 12 cm, com trava de segurança anti-desengate em linha reta. Cortinas pretas com medidas compatíveis ao palco com abertura central, para frente do palco com sistema de correr por cabos de aço e para fundos do palco.</p> <p>Anexo ao piso do palco:</p> <p>02 (dois) camarins com 4,0x4,0, luminárias para iluminação do palco. Alimentação, diárias, transportes, todas por conta da empresa vencedora. Além da ART em relação a segurança e prevenção de incêndios.</p> <p>Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.</p>		
07	03	un	<p>Locação de estrutura de tablado deck tamanho 5,00 x 5,00 x 0,10m de altura, piso nivelado e vernizado (montagem e desmontagem).</p> <p>Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.</p>	2.000,00	6.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					36.700,00

LOTE 02 - SOM E LUZ

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
02	01	un	<p>Locação de equipamento de sonorização e iluminação para palco principal para realização de shows nacionais (incluso montagem e desmontagem, e técnico responsável para eventuais manutenções durante o período da locação). ATENÇÃO: todo o equipamento de sonorização e iluminação deverá atender rigorosamente às especificações do rider técnico de cada artista a ser contratado conforme anexo no presente edital.</p> <p>Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.</p>	33.550,00	33.550,00



VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE	33.550,00
------------------------------	-----------

LOTE 03 – GERADOR

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	01	un	<p>Locação 01 gerador com potência mínima de 250 kva disponível até 12 horas dia) gabinado e silenciado, com caixas de passagem, chave reversora, cabos e aterramento de acordo com as normas vigentes, disponibilizando técnico durante todo o evento, com nr10 e nr 35, com vínculo empregatício na empresa prestadora. Incluso o combustível para o funcionamento e extintores. Montagem com antecedência., a qual será comunicada pela C.C.O e 01 gerador com potência mínima de 160 kva para uso no sistema de sonorização e iluminação, (disponível até 12 horas dia) gabinado e silenciado, com caixas de passagem, chave reversora, cabos e aterramento de acordo com as normas vigentes, disponibilizando técnico durante todo evento ,com nr10 e nr 35, com vínculo empregatício na empresa prestadora. Incluso o combustível para o funcionamento e extintores. Montagem com antecedência, seguindo o cronograma expedido pela C.C.O e gerador em standby de responsabilidade da contratada para eventualidades, que possam acontecer. Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.</p>	14.000,00	14.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					14.000,00

LOTE 04 - TENDAS 10X10

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
4	15	un	Locação de tendas de 10x10 calhado tipo chapéu de bruxa, com lona branca antichamas com pé direito de 3,00m – podendo ser alongada em até 50 cm, totalizando 3,50m de altura, com fechamento em até 3 lados inclusos, com ponto de iluminação fluorescente e tomadas (montagem e desmontagem). Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	3.800,00	57.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					57.000,00

LOTE 05 - TENDAS 5X5

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	20	un	Locação de tendas de 5,00x5,00m, calhado tipo chapéu de bruxa, com lona branca antichamas com pé direito de 2,40m a 3m – podendo ser alongada em até 50 cm, totalizando no mínimo 2,90m a 3,50m de altura, com fechamento em até 3 lados inclusos, com ponto de iluminação fluorescente e tomadas (montagem e desmontagem). Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	2.130,00	42.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					42.600,00

LOTE 06 – COBERTURA PAVILHÃO

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
11	01	un	Locação de Cobertura em tendas piramidais formando um pavilhão de 20mx40m com pé direito de 3.5m de altura em lona vinílica, antichamas, impermeável, com bloqueador solar (montagem e	35.000,00	35.000,00



			desmontagem). Estruturas metálicas em aço com pilares, e calhas para escoamento de água. Fixação no solo através de cabos de aço ou cintas, pontos de iluminação fluorescente e tomadas. Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.		
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					35.000,00

LOTE 07 – ESTANDERS – PORTICO – GRADE E OUTROS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
06	500	M²	Locação de 500m² de montagem básica de estande em octanorm tipo ts, com forração grafite ou a combinar, aplicado com fita dupla face, forro em pergolado, 02 lâmpadas fluorescentes e 01 tomada a cada 9m², 01 chapa em vinil cor preto, com o nome do expositor preto por espaço e montagem. Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	80,00	40.000,00
08	01	un	Locação de 1 estande de aproximadamente 18m² (montagem e desmontagem), com iluminação fluorescente e tomadas com fechamento nas laterais e fundos, com mobiliário (2 poltronas, estofado 2 e 3 lugares cada) 1 aparador 1 mesa de vidro com 4 cadeiras mesinhas, tapete 2x3 cores a escolher. Backdrop em lona de identificação impressão colorida, em Q30 medindo 6mx2,5m aproximadamente (arte será encaminhada); Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	5.000,00	5.000,00
09	02	un	Locação de estrutura de pórtico em box truss q30, de 6,0 x 5,0m de altura, 01 lona com impressão digital de 1,50 x 6,00m, com acabamento em bainha e ilhós	4.500,00	9.000,00



			(montagem e desmontagem). Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.		
10	300	M/L linear	Locação de grades de proteção com 2,40x1,25m, espaçamento do vão de 12 cm, com trava de segurança anti-desengate em linha reta (montagem e desmontagem). Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	30,00	9.000,00
12	10		Locação de Totens desenvolvidos em ts x alumínio de 1.00 x 2.20m, sustentação através de pés em travessas de alumínio, com identificação de espaços da feira, através de adesivo em impressão digital de 1.00 x 1.00m conforme arte que será encaminhada. Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	380,00	3.800,00
13	450	M²	Locação de Passadeiras para corredores da feira com carpete azul ou a definir, mínimo de espessura 5mm, aplicado com fita dupla face direto no piso do pavilhão (montagem e desmontagem). Período de 04 a 07/04/2024, realização da EXPO.	19,50	8.775,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					75.575,00

LOTE 08 – SEGURANÇA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
14	800	h	Prestação de Serviços de Segurança desarmada e uniformizada registrados na polícia federal. O cronograma definitivo com a escala, datas, locais e horários dos Serviços de Segurança serão elaborados conjuntamente com Comissão da EXPOCORDI 2024.	44,57	35.656,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					35.656,00

LOTE 09 – BRIGADISTAS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
15		h	Prestação de Serviços Brigadistas credenciados ao sicad conforme		8.869,50



	150		vigência IN28 CBMSC. O cronograma definitivo com a escala, datas, locais e horários dos Serviços de Brigadistas serão elaborados conjuntamente com Comissão da EXPOCORDI 2024.	59,13	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					8.869,50

LOTE 10 – CABINE SANITÁRIA – (BANHEIRO) E PIA VIVA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
16	20	un	Locação de banheiros químicos (cabine), contendo caixa de dejetos, assento, mictório, suporte para papel higiênico e painel de identificação (masculinos e femininos) e PNE incluindo limpeza diária e fornecimento de papel higiênico e papel toalha e sabonete, seguindo normas e qualificação técnica, para os dias 04/04/2024 a 07/04/2024.	250,00	5.000,00
17	10	un	Locação de Pia com bomba de acionamento – capacidade 65 litros, material PEAD contendo: Dispenser papel toalha (2 unidades) Dispenser para sabão líquido/alcool em gel (2 unidades) Lixeiras (2 unidades) - torneiras para lavagem de mãos; - Tanque reservatório central - Capacidade de 260 litros de água limpa; - Altura : 1,70 m ; - Largura : 0,85 m; - Comprimento : 1,10 m; - Peso : 40 kg. Medidas e peso aproximados. Para os dias 04/04/2024 a 07/04/2024.	290,00	2.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					7.900,00

LOTE 11 – LIMPEZA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
------	--------	-------	-----------	-------------	-------------

				Máximo	
18	240	H	<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza na realização da EXPOCORDI 2024, sendo limpeza, coleta, transporte e destino final dos resíduos gerados, em local devidamente licenciado, sendo:</p> <p>01 – Limpeza no ginásio de esportes - corredores e banheiros;</p> <p>Limpeza do estande da Prefeitura Municipal e do pronto atendimento da saúde; 1 (uma) pessoa em todos os horários de funcionamento da feira.</p> <p>02 – Espaço gastronômico – praça de alimentação;</p> <p>Devendo ser considerado 4 a 5 pessoas no total para a limpeza geral da feira ao final de cada dia e 2 pessoas para a limpeza durante a feira.</p> <p>03 – Limpeza externa do espaço ao público e acessos;</p> <p>PERÍODO DE LIMPEZA: 04 a 07/04/2024. Dias, horários, locais e demais informações a licitante vencedora deverá seguir o termo de referência. A empresa deverá fornecer todo o material (produtos de limpeza, papel higiênico, papel toalha, sacos de lixo, sabonete líquido para banheiros, e demais itens necessários e mão de obra).</p>	48,90	11.736,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					11.736,00

LOTE 12 – SHOW INFANTIL

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
19	01	un	<p>Contratação de empresa especializada para atividade em comemoração das festividades do município compreendendo show infantil para dia 07/04/2024, com no mínimo 4 personagens (a definir) com figurinos novos ou em excelente estado, e no mínimo uma apresentadora para animação e interação. O tempo previsto para apresentação é de 1 h mais 1h para brincadeiras dirigidas, interação e fotos, Além do show completo o contratado deverá oferecer: pintura facial, oficinas de cabelo-maluco e tranças, escultura de balão com todo material incluso, para</p>	6.300,00	6.300,00



			atendimento de até 600 crianças no dia do evento, com no mínimo 03 (três) monitoras para recreação. O contratado deverá apresentar no ato o processo licitatório, material que comprove a qualidade do objeto que estará no evento, para aprovação da Comissão Central Organizadora.		
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					6.300,00

LOTE 13 – TROFÉUS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
20	50	un	<p>Troféu em acrílico 3mm, com impressão digital, 20x20cm, com base em madeira, 22x6x3cm, com prendedor de metal, detalhes recortados sobrepostos no troféu conforme arte que será encaminhada. O modelo deverá ser previamente aprovado pela Comissão Organizadora.</p>  <p>Imagem ilustrativa</p>	55,00	2.750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					2.750,00

LOTE 14 – SERVIÇOS DE TOSQUIA

Item	Quant.	Unid	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
21	80	p/Animal	SERVIÇO DE TOSQUIA EM BOVINOS QUE PARTICIPARÃO DA FEIRA DO GADO – EXPOCORDI 2024 EM CORDILHEIRA ALTA, SC, DE	130,00	10.400,00

		04/04/2024 A 07/04/2024.	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE			10.400,00

LOTE 15 – AREIA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
22	35	M³	Areia para arena de rodeio (com entrega inclusa, conforme cronograma que será expedido pela CCO).	152,88	5.350,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					5.350,80

LOTE 16 – MARAVALHA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
23	50	M³	Maravalha, tipo serragem para cama dos animais (com entrega inclusa, conforme cronograma que será expedido pela CCO).	70,00	3.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					3.500,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO 386.887,30

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Justifica-se a presente licitação para atender a demanda para realização da II EXPOCORDI, que acontecerá entre 04/04/2024 a 07/04/2024 para promover os setores da economia de Cordilheira Alta, bem como entretenimento a população.

2.1.1 – Os valores foram definidos pelos orçamentos recebidos, sendo todos efetuados pelo menor preço dos orçamentos exceto os itens 14 e 15 que foram efetuados pela media dos orçamentos recebidos, pela grande divergência entre o menor e os demais orçamentos.

3 – ENTREGA, PERMANÊNCIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 – O prazo de entrega dos bens é de acordo com o cronograma que será expedido pela Comissão Central Organizadora e o envio da AF será expedido com mínimo de 05 (cinco) dias de antecedência.

3.1.1 – Em caso de urgência ou necessidade a empresa será notificada / comunicada em até 24 horas.

3.1.2 – A empresa contratada para locação de geradores, deverá seguir o cronograma que será repassado pela Comissão Central Organizadora, conforme a necessidade do uso do gerador.

3.1.3 – A empresa contratada para locação de banheiros químicos deverá se atentar a efetuar a limpeza diária dos mesmos, conforme necessidade apresentada, não podendo haver acúmulo de dejetos / sujeira, devendo os mesmos apresentarem boas condições de uso, devendo manter pessoal disponível para a execução dos serviços, durante a realização do evento.

3.1.4 – As prestadoras contratadas dos itens “areia” e “maravalha”, deverão realizar a execução do objeto, incluída a entrega e distribuição do material no local, conforme orientações da CCO.

3.1.5 – A prestadora de serviço de “Tosquia” deverá realizar o serviço na propriedade do Expositor, observando a relação dos expositores que será fornecida pela Secretaria da Agricultura Municipal, a qual fará o acompanhamento técnico, ficando às expensas de deslocamento por conta da administração municipal, devendo o prestador contratado possuir todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

3.1.5.1 – As datas para a execução dos serviços de “Tosquia” serão programadas em conjunto entre o prestador de serviço / expositor / secretaria solicitante.

3.1.6 – A empresa participante do item “show infantil” deverá apresentar o portfólio impresso na data da realização do certame, para ser analisado pela CCO, sob pena de inabilitação.

3.1.7 – Todos os materiais / equipamentos deverão apresentar excelente condições de uso, devendo estar limpos, e em perfeitas condições.

3.1.7.1 – Verificando-se qualquer irregularidade nos materiais e/ou equipamentos recebidos, os mesmos deverão ser substituídos imediatamente, sob pena da aplicação das sanções previstas.

3.1.8 – Para os itens onde é necessário emissão de ART a contratada é responsável pela emissão de e pagamento das mesmas.

3.1.9 – Todos os prestadores de serviços a serem contratados deverão estar devidamente identificados, para a execução dos serviços prestados.

3.1.9.1 – É expressamente proibido aos prestadores de serviços consumirem bebidas alcoólicas durante a realização do evento / prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções previstas.

3.1.10 – Todos os contratados para o fornecimento de materiais / equipamentos deverão atentar-se ao cronograma a ser estabelecido pela Comissão Central Organizadora, para a melhor execução dos serviços contratados.

3.2 – Todas as despesas decorrentes do contrato, tais como materiais, fretes, seguros, custos com mão de obra, transporte, carga, descarga, estadia, alimentação e outros encargos, são de responsabilidade da contratada, isentando-se o município por qualquer custo ou qualquer dano causado pela contratada;

3.3 – Os bens serão recebidos, pelo(a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.4 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, no prazo de 01 (um) dia a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.5 – Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

3.5.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

3.7 – Os equipamentos e materiais que serão utilizados para a II EXPOCORDI deverão ser entregues conforme cronograma e AF que serão emitidos ao fornecedor;

3.8 – Os equipamentos e materiais que fazem parte da estrutura da EXPO como estande, pórtico, tendas e outros que forem solicitados através da AF) devem estar instalados até dia 26/03/2024.

3.9 – Os equipamentos e materiais, objeto desta licitação, deverão permanecer à disposição do município até o dia 07/04/2024 (sete de abril de dois mil e vinte e quatro) e retirados após o término da feira, dia 07/04/2024 a partir das 19h, com prazo final até dia 10/04/2024.

3.10 – São responsabilidades da contratada, os danos aos materiais decorrentes de perdas, furtos, danos causados pelos efeitos naturais e quaisquer estragos no equipamento, durante todo o período de locação, devendo ocorrer a substituição no prazo de até 48 horas a contar da notificação.

4 – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a execução completa do objeto, compreendendo a entrega e retirada total dos itens, mediante apresentação de nota fiscal e ateste do fiscal de contrato.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Enviar Solicitação de Fornecimento (SF) com o prazo mínimo previsto neste termo de referência, indicando a quantidade e o(s) local(is) onde o(s) os materiais deverão ser entregues;

5.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.4 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.5 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.6 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.8 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, sempre que julgar necessário, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.5 - Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.7 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.8 – Em caso de imperfeições e má funcionamento na entrega, a contratada tem o prazo de 24 horas em data anterior ao dia 04, e em até duas horas durante a realização do evento (04 a 07 de abril de 2024), para efetuar os reparos necessários solicitados, após ser notificada, sem custo adicional para a Contratante.

7. GARANTIA

7.1. A contratada deverá fornecer garantia dentro do prazo em que os materiais e equipamentos permanecerem instalados, conforme termo de referência.

8. AMOSTRA

8.1 – Não será solicitado amostra, porém a contratada deverá atender as condições do objeto descrito no termo de referência, Anexo I.

7 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8 - CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores **Iunes Luiz Ferraz, matrícula nº13734.01** e **Fernando Lothario Becker, matrícula 13767/1**, que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

8.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano,

bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9- JUSTIFICATIVA PELO AGRUPAMENTO DOS ITENS

9.1 - A presente licitação deverá ser feita com o agrupamento de itens em lote pois desta forma o julgamento se torna mais interessante aos proponentes, devido a diminuição dos custos de entrega pois os materiais serão utilizados num mesmo evento. O agrupamento em lote será efetuado para que a empresa possa executar os serviços/montagens com maior agilidade, pois para montagem de uma parte muitas vezes depende de outra, que se forem dois ou mais vencedores poderá impossibilitar a montagem total num mesmo dia ou causar transtornos de não encaixe ou compatibilidade de materiais, bem como a montagem e desmontagem de uma empresa poderá causar avarias no material de outra, gerando desta forma vários transtornos. O próprio TCU já entendeu que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar "*o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual*", o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

10. JUSTIFICATIVA PELA FORMA PRESENCIAL

10.1 - Considerando a Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019, do Ministério da Economia, a obrigatoriedade na utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, somente é devida quando os Municípios executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, o que não é o caso destes autos.

Assim, a opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02.

Ademais, a opção pela forma presencial não produz alteração no resultado final do certame. Pelo contrário, ela permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes, bem como facilita a apresentação de esclarecimentos e informações relacionadas ao objeto, já que se trata de execução complexa, constituída de instalações e prestação de serviços, cheia de pormenores, devendo ser compreendida a essência e envergadura do evento para sua execução a contento.

Cordilheira Alta/SC, 22 de dezembro de 2023.

Sonia Cristina Briancini

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Claucimar Mateus Obetzne
Secretário Municipal de Agricultura

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ANEXO “B”
MODELO DA PROPOSTA

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Referente: Pregão Presencial nº _____

Apresentamos nossa proposta, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a aquisição.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Dados Bancários:

Razão Social: (Pessoa Jurídica / em nome da Proponente)
Banco:
Agência:
Conta Corrente:

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão presencial.

Local, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ANEXO “C”

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Referente: Pregão Presencial nº _____

À Prefeitura Municipal de Cordilheira alta, SC

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Local, _____ de _____ de 2023.

“COM FIRMA RECONHECIDA” ou Assinatura Digital.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023**

ANEXO “D”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27,
DA LEI
8.666/93**

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ()

Local, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023**

ANEXO “E”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA
LEI Nº
10.520/2002 (*)**

Referente: Pregão Presencial nº _____

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local, _____ de _____ de 2023.

Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, no credenciamento ou logo após.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023**

ANEXO “F”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE
PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO.**

Referente: Pregão Presencial nº _____

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2023.

nome e assinatura do responsável legal
(Número CPF)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023**

ANEXO “G”

**MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES
COMPLEMENTARES**

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:

Informo para os devidos fins, que os atos referentes ao pregão nº __/2023 poderão ser encaminhados para o endereço eletrônico _____, de titularidade do Sr./Sra. _____, telefone para contato _____, que será o preposto responsável para o recebimento de informações do referido procedimento licitatório.

No caso de haver alterações dos contatos indicados, estes deverão ser informados para os e-mails: compras@pmcordi.sc.gov.br; licitacoes@pmcordi.sc.gov.br.

_____, em ____ de _____ 2023.

_____ nome
e assinatura do responsável legal
(Número CPF)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ANEXO “H”

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2023

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, e a (s) empresa (s) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, representada neste ato, Senhor(a) _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TENDAS, TABLADOS, GERADOR, ESTANDERS, BANHEIROS QUÍMICOS SOM E LUZ ENTRE OUTROS E DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TAIS COMO BRIGADISTA, SEGURANÇA, SERVIÇOS DE LIMPEZA, TOSQUIA, ENTRE OUTROS PARA A REALIZAÇÃO DA II EXPOCORDI 2024**, conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é de R\$ (.....).

3.1.1. O (s) preço (s) ofertado (s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1.1. Os preços descritos no termo de adjudicação serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

3.4. Aplica-se nesta contratação, resultante da Ata de Registro de Preços a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Decreto Municipal 193/2023, que dispõe sobre a IRRF nas contratações de bens e serviços pela Administração do Município de Cordilheira Alta/SC.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – O prazo de entrega dos bens é de acordo com o cronograma que será expedido pela Comissão Central Organizadora e o envio da AF será expedido com mínimo de 05 (cinco) dias de antecedência.

4.1.1 – Em caso de urgência ou necessidade a empresa será notificada / comunicada em até 24 horas.

4.1.2 – A empresa contratada para locação de geradores, deverá seguir o cronograma que será repassado pela Comissão Central Organizadora, conforme a necessidade do uso do gerador.

4.1.3 – A empresa contratada para locação de banheiros químicos deverá se atentar a efetuar a limpeza diária dos mesmos, conforme necessidade apresentada, não podendo haver acúmulo de dejetos / sujeira, devendo os mesmos apresentarem boas condições de uso, devendo manter pessoal disponível para a execução dos serviços, durante a realização do evento.

4.1.4 – As prestadoras contratadas dos itens “areia” e “maravalha”, deverão realizar a execução do objeto, incluída a entrega e distribuição do material no local, conforme orientações da CCO.

4.1.5 – A prestadora de serviço de “Tosquia” deverá realizar o serviço na propriedade do Expositor, observando a relação dos expositores que será fornecida pela Secretaria da Agricultura Municipal, a qual fará o acompanhamento técnico, ficando às expensas de deslocamento por conta da administração municipal, devendo o prestador contratado possuir todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

- 4.1.5.1 – As datas para a execução dos serviços de “*Tosquia*” serão programadas em conjunto entre o prestador de serviço / expositor / secretaria solicitante.
- 4.1.6 – A empresa participante do item “*show infantil*” deverá apresentar o portfólio impresso na data da realização do certame, para ser analisado pela CCO, sob pena de inabilitação.
- 4.1.7 – Todos os materiais / equipamentos deverão apresentar excelente condições de uso, devendo estar limpos, e em perfeitas condições.
- 4.1.7.1 – Verificando-se qualquer irregularidade nos materiais e/ou equipamentos recebidos, os mesmos deverão ser substituídos imediatamente, sob pena da aplicação das sanções previstas.
- 4.1.8 – Para os itens onde é necessário emissão de ART a contratada é responsável pela emissão de e pagamento das mesmas.
- 4.1.9 – Todos os prestadores de serviços a serem contratados deverão estar devidamente identificados, para a execução dos serviços prestados.
- 4.1.9.1 – É expressamente proibido aos prestadores de serviços consumirem bebidas alcoólicas durante a realização do evento / prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções previstas.
- 4.1.10 – Todos os contratados para o fornecimento de materiais / equipamentos deverão atentar-se ao cronograma a ser estabelecido pela Comissão Central Organizadora, para a melhor execução dos serviços contratados.
- 4.2 – Todas as despesas decorrentes do contrato, tais como materiais, fretes, seguros, custos com mão de obra, transporte, carga, descarga, estadia, alimentação e outros encargos, são de responsabilidade da contratada, isentando-se o município por qualquer custo ou qualquer dano causado pela contratada;
- 4.3 – Os bens serão recebidos, pelo(a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.4 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, no prazo de 01 (um) dia a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 4.5 – Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 4.5.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 4.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.7 – Os equipamentos e materiais que serão utilizados para a II EXPOCORDI deverão ser entregues conforme cronograma e AF que serão emitidos ao fornecedor;

4.8 – Os equipamentos e materiais que fazem parte da estrutura da EXPO como estande, pórtico, tendas e outros que forem solicitados através da AF) devem estar instalados até dia 26/03/2024.

4.9 – Os equipamentos e materiais, objeto desta licitação, deverão permanecer à disposição do município até o dia 07/04/2024 (sete de abril de dois mil e vinte e quatro) e retirados após o término da feira, dia 07/04/2024 a partir das 19h, com prazo final até dia 10/04/2024.

4.10 – São responsabilidades da contratada, os danos aos materiais decorrentes de perdas, furtos, danos causados pelos efeitos naturais e quaisquer estragos no equipamento, durante todo o período de locação, devendo ocorrer a substituição no prazo de até 48 horas a contar da notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a execução completa do objeto, compreendendo a entrega e retirada total dos itens, mediante apresentação de nota fiscal e ateste do fiscal de contrato

5.2 - Cópia das notas deverão ser encaminhadas pela empresa para o e-mail: empenhos@pmcordi.sc.gov.br

5.3. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3.1. Cópia das notas deverão ser encaminhadas pela empresa para o e-mail: empenhos@pmcordi.sc.gov.br.

5.3.2. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.003, 2.009 – Elemento 3.3.90 – Despesa 46, 63, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.)

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 – A contratada deverá fornecer garantia dentro do prazo em que os materiais e equipamentos permanecerem instalados, conforme termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações da Contratante:

9.1. - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 - Exigir que sejam cumpridas todas as exigências constantes neste termo de referência e anexo(s), sob pena de aplicação da lei e até mesmo rescisão contratual;

9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

Obrigações da contratada:

9.2 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

9.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.4 – Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.2.7 – Em caso de imperfeições e má funcionamento na entrega, a contratada tem o prazo de 24 horas em data anterior ao dia 04, e em até duas horas durante a realização do evento (04 a 07 de abril de 2024), para efetuar os reparos necessários solicitados, após ser notificada, sem custo adicional para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores **Iunes Luiz Ferraz, matrícula nº13734.01 e Fernando Lothario Becker, matrícula 13767/1**, que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

10.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº __/2023 e a proposta da empresa acima relacionada.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, __ de _____ de 2023



CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889*